



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL
Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

ATA nº 4/2015/ASPLAN/DG
IV Reunião de Análise da Estratégia 2015
Relatório de Análise da Estratégia – 2º trimestre de 2015

Data	20/08/2015 – quinta-feira
Início	15h
Fim	17h

Participantes

Nome	Unidade
Anderson Vidal Corrêa	Diretoria-Geral
Filipe Vieira de Carvalho	Presidência (rep.)
Laura Nunes Bernardes Peixoto	Vice-Presidência (rep.)
José Roberto da Silva dos Santos	Corregedoria Regional Eleitoral (rep.)
Elaine Rodrigues Machado da Silva	Escola Judiciária Eleitoral (rep.)
Fábio Lami Junior	Secretaria de Administração
Deborah Nerlíte Bulhões do Carmo	Secretaria de Gestão de Pessoas
Paula Lessa Mauro	Secretaria Judiciária (substituta)
André Borges Arisa	Secretaria de Orçamento e Finanças
André dos Santos Sant'Anna	Secretaria de Tecnologia da Informação
Flávio Augusto Castanheira Celano	Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais
Soraya Previtali	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão
Luciana Souza Batista	Assessoria de Comunicação Social

Responsável pela lavratura da ata: Marianne Carvalho Baltar (ASPLAN)

Participaram da reunião, como convidados: Dager Salles Amaral (SCI); Gisele Goneli de Lacerda (PRES); Marcos Guerrero (SGP); Juliana Bordalo da Silva (CRE); Claudia Foffano

de Souza (Assessoria Administrativa/DG); Eneida Salazar de Moura (Assessoria Jurídica/DG); Diego Ferreira Guedes (ASPLAN).

1. Pauta:

1. Feedback de planos de ação/projetos em monitoramento:

a) Plano de ação - "Ampliação/otimização dos canais de comunicação com o público externo"

Objetivo relacionado: **Prestar serviços de excelência**

b) Plano de ação - "Sistematização do monitoramento mensal de feitos"

Objetivo relacionado: **Garantir a agilidade dos feitos eleitorais**

c) Plano de ação - "Estudo de relatórios atualmente utilizados para fornecimento dos dados para alimentação dos indicadores Taxa de congestionamento de feitos judiciais (2º grau) e Índice de agilidade dos feitos eleitorais (2º grau)"

Objetivo relacionado: **Garantir a agilidade dos feitos eleitorais**

d) Plano de ação - "Incentivo à participação voluntária de servidores e magistrados nas iniciativas voltadas ao fomento do exercício da cidadania, assim como o incremento da divulgação de tais iniciativas para o público externo"

Objetivos relacionados: **Fomentar o exercício da cidadania, Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral e Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia**

e) Projeto - "Justiça Eleitoral Itinerante"

Objetivo relacionado: **Facilitar o acesso à Justiça**

2. Avaliação sobre a exclusão do indicador "ACE 01 – Índice de acesso à Justiça" (objetivo relacionado: **Facilitar o acesso à Justiça**) do Plano Estratégico do TRE-RJ.

3. Revisão da Ficha do Indicador “GP 06 – Índice de participação de magistrados” (objetivo relacionado: **Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia**).

4. Revisão da unidade responsável pela análise do objetivo “**Promover a responsabilidade ambiental**”, de SAD para SSG.

5. Avaliação da execução orçamentária das ações estratégicas e da oportunidade e conveniência de contratação de consultoria para realizar treinamento da equipe da COEDE, aplicação da pesquisa de satisfação em 2015 e análise dos resultados.

2. Descrição da reunião:

2.1 O Sr. Diretor-Geral, Anderson Vidal Corrêa, deu início à reunião informando que em razão do tamanho da pauta, a reunião será dividida em dois momentos, sendo a data da próxima reunião agendada oportunamente. Destacou, em seguida, os pontos que serão tratados na presente data:

a) Avaliação sobre a exclusão do indicador “ACE 01 – Índice de acesso à Justiça” do Plano Estratégico do TRE-RJ (objetivo relacionado: Facilitar o acesso à Justiça)

b) Revisão da unidade responsável pela análise do objetivo “Promover a responsabilidade ambiental”, de SAD para SSG.

c) *Feedback* do plano de ação relacionado à “Ampliação/otimização dos canais de comunicação com o público externo” (objetivo relacionado: Prestar serviços de excelência)

d) Avaliação da execução orçamentária das ações estratégicas e da oportunidade e conveniência de contratação de consultoria para realizar treinamento da equipe da COEDE, aplicação da pesquisa de satisfação em 2015 e análise dos resultados.

O Sr. Diretor-Geral informou, ainda, que após a discussão dos temas da pauta da reunião de hoje, a Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão fará uma breve apresentação do projeto de planejamento da estratégia para o período de 2016 a 2021.

2.2 O Sr. Diretor-Geral solicitou, então, à servidora Gisele Goneli a apresentação das justificativas para exclusão do indicador “ACE 01 – Índice de acesso à Justiça” do Plano Estratégico do TRE-RJ.

A servidora esclareceu que a questão da inadequação do indicador já havia sido levantada na RAE realizada em novembro de 2014. Informou que o indicador tem como meta aumentar para 100% os municípios atendidos pela Justiça Eleitoral fluminense, seja por meio de estrutura física ou justiça itinerante e que tal indicador não avalia de forma efetiva a aproximação da Justiça Eleitoral fluminense aos cidadãos. Ressaltou que diversos são os aspectos relacionados à questão do acesso, e que um município não sede de zona eleitoral pode receber atendimento efetivo do cartório eleitoral que o abrange, existindo, por outro lado, distritos de Municípios que são sede de zona eleitoral com maior necessidade de ampliação do acesso à Justiça.

A servidora apresentou, a título de exemplo, o caso do município de São Gonçalo, que apesar de possuir 12 zonas eleitorais, em função do quantitativo de eleitores (aproximadamente 670 mil eleitores aptos), extensão territorial e outros fatores que impactam no acesso, poderia ser considerado mais carente que Tanguá, que é um dos 13 municípios não sede de zona eleitoral. Isto porque há regiões de São Gonçalo que distam 30 quilômetros dos cartórios eleitorais, ao passo que Tanguá, com aproximadamente 23 mil eleitores aptos, dista 18 km do município Sede, Itaboraí. A proposta apresentada é de excluir o indicador, que é falho em medir o que pretende, substituindo-o por algum outro que avalie de forma mais efetiva a otimização do acesso à Justiça Eleitoral.

Ademais, esclareceu a servidora, a Resolução TSE nº 23.422/2014, em seu art. 3º, II, que estabelece normas para criação e instalação de zonas eleitorais, dispõe acerca da possibilidade de até cinco municípios estarem abarcados por uma mesma zona eleitoral, o que corrobora o entendimento de que o acesso não está estritamente vinculado a existência de zona eleitoral em cada um dos municípios.

A Assessora de Planejamento acrescentou que o processo de construção do Plano Estratégico 2016/2021, já em curso, oportunizará novas discussões sobre a facilitação do acesso, bem como sobre a medição do acesso através de outro indicador.

Após os debates, os integrantes do Comitê de Gestão da Estratégia deliberaram pela exclusão do indicador do Plano Estratégico 2010/2015.

2.3 Em prosseguimento, o Sr. Diretor-Geral solicitou à Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão que, em continuação, apresentasse a proposta de revisão de unidade responsável pelo objetivo “Promover a responsabilidade ambiental”. A

servidora esclareceu que no 2º trimestre de 2015 a análise do objetivo já foi realizada pela SSG, haja vista a maior proximidade do escopo do objetivo e dos aspectos abordados pelo indicador associado, isto é, “Índice de desempenho ambiental”, com aquela unidade, uma vez que referido indicador avalia o percentual de metas estabelecidas na Agenda Ambiental com desempenho satisfatório, cujos indicadores são controlados majoritariamente no âmbito da SSG.

Após os debates, os integrantes do Comitê de Gestão da Estratégia deliberaram pela aprovação da SSG como unidade responsável pela análise do objetivo “Promover a responsabilidade ambiental”.

2.4 O Sr. Diretor-Geral passou a palavra à servidora Gisele Goneli de Lacerda, da Presidência do Tribunal, responsável pelo plano de ação que visa à *“ampliação/otimização dos canais de comunicação com os públicos externos”*.

A servidora Gisele apresentou o formulário de acompanhamento do plano de ação e discorreu sobre os aspectos identificados nos estudos realizados pelas diversas unidades envolvidas com o plano de ação.

Destacou que a Ouvidoria é procurada para diversos fins, uma vez que os cidadãos chegam àquela unidade por meio da Internet. O Secretário de Administração ressaltou que no portal da internet o link da Ouvidoria é o único que apresenta número de telefone, o que acaba levando o cidadão a usar esse canal para dirimir as mais variadas dúvidas, desde coisas muito banais até questões mais relevantes.

Foi apontada, pela servidora Gisele, a constatação do grupo de trabalho sobre a necessidade de uma central de atendimento telefônico para o TRE-RJ, que é o único dos Regionais que não apresenta tal serviço, além da otimização do acesso às informações na Internet.

Tal déficit acaba sobrecarregando a Ouvidoria, que passa a ser utilizada para uma série de demandas que não lhe competem, conforme apontado pela Assessora de Planejamento, provocando um desvio dos números apresentados pelo indicador correspondente.

O Diretor-Geral destacou a necessidade de definição do papel da Central de Atendimento Telefônico, deixando claras, ainda, as atribuições da Ouvidoria.

Após os debates, os integrantes do Comitê de Gestão da Estratégia consideraram concluído o plano de ação e deliberaram pelo encaminhamento dos resultados dos estudos realizados para o Comitê Gestor do Portal, no que tange à otimização da Internet no que se refere às informações aos cidadãos, bem como pela elaboração de uma proposta de projeto, a ser submetida à apreciação da Diretoria-Geral, com o objetivo de

desenvolver projeto para criar uma central de atendimento telefônico do Tribunal com pronto atendimento ao público externo. Encontra-se anexo a esta ata o Formulário de Acompanhamento de Plano de Ação com os registros de atualização realizados durante a reunião.

2.5 O Diretor-Geral deu prosseguimento à reunião, conduzindo os debates sobre o orçamento estratégico para 2015.

O orçamento relativo ao projeto Mesário Voluntário 2015 está pendente de avaliação pela Corregedoria, conforme manifestação do Assessor Chefe, José Roberto. Os valores a serem utilizados até o final do exercício serão informados pela Corregedoria Regional Eleitoral à Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão.

Os valores empenhados relativos ao Programa Eleitor do Futuro, conforme informação da servidora Elaine, serão confirmados junto à SOF e as expectativas de utilização até o final do exercício serão encaminhadas à Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão.

Com relação ao projeto Modernização do Data Center, o Secretário de Tecnologia da Informação, patrocinador do projeto, apontou as dificuldades relacionadas à contratação. Informou que está em elaboração o projeto básico para contratação de consultoria especializada para realizar o dimensionamento do Data Center do Tribunal e a elaboração do projeto básico para contratação de empresa para realização do projeto executivo. O Diretor-Geral destacou a importância da rotina de elaborar os “termos de referência” com antecedência, antecipando-os à disponibilidade orçamentária, como forma de otimizar a utilização do orçamento.

Como alternativa à eventual impossibilidade de execução do orçamento destinado ao projeto “Modernização do Data Center”, estão sendo direcionados esforços para a conclusão do termo de referência do projeto “Diagnóstico da Infraestrutura do TRE-RJ” até outubro de 2015, conforme informou o Secretário de Manutenção e Serviços Gerais. Flávio Celano sugeriu que a gerência do projeto passe a ser exercida pelo Coordenador de Engenharia, Eduardo Piracuruca, bem como sejam realizados ajustes na equipe do projeto. Considerando que não houve óbice à proposta apresentada, o titular da SSG encaminhará a formalização por e-mail à Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão, para as anotações e providências pertinentes.

Com relação ao orçamento referente à capacitação, a Secretária de Gestão de Pessoas declarou a expectativa de execução da totalidade do orçamento disponível para 2015. Esclareceu que após a avaliação do PAC, foi identificada a necessidade de corte de 70% das solicitações de capacitação formuladas, tendo em vista que a verba disponível não atende ao solicitado pelas unidades. Informou que os cursos que forem cortados serão incluídos como prioritários no PAC 2016.

No que tange ao orçamento relativo ao Sistema de Gestão por Competências, a Secretária de Gestão de Pessoas informou que a COEDE está terminando o projeto básico para contratação. Informou, contudo, que o TRE-GO desenvolveu sistema próprio, que será apresentado aos demais regionais em setembro. O Diretor-Geral sugeriu que seja avaliada a possibilidade de utilização de sistema desenvolvido por outro Tribunal previamente ao esforço de contratação.

Por fim, a Secretária de Gestão de Pessoas apresentou a proposta de contratação de empresa para realização da Pesquisa de Clima Organizacional de 2015, uma vez que não há disponibilidade de tempo hábil nem de pessoal daquela unidade a ser capacitado ainda neste exercício para que a realização da pesquisa seja executada com recursos internos próprios. Destacou, contudo, que a transferência de conhecimento é necessária e precisa ser desenvolvida, para que nos próximos exercícios a contratação não se faça necessária. O Diretor-Geral sugeriu consulta aos demais Regionais a fim de verificar se há pessoal capacitado naquelas unidades para realizar a pesquisa em parceria.

As questões atinentes ao orçamento estratégico de 2015 serão novamente abordadas em Reunião de Análise da Estratégia.

2.6 Em continuação, o Sr. Diretor-Geral solicitou à Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão a apresentação do projeto de planejamento da estratégia para o período de 2016 a 2021.

A Assessora esclareceu sobre a necessidade de alinhamento do Plano Estratégico do TRE-RJ à Estratégia do Judiciário, mencionando a Resolução CNJ nº 198/2014. Apresentou, em seguida, o cronograma de atividades e enfatizou a fase de diagnóstico estratégico. Fez uma breve apresentação sobre os questionários a serem utilizados nessa fase, bem como os públicos-alvo a serem ouvidos. Destacou a importância da comunicação da estratégia, apresentou os conceitos básicos da campanha e logotipos, elaborados pela ASCOM. Ressaltou, por fim, a imprescindibilidade da participação dos gestores em todas as fases do processo de elaboração da estratégia e da importância de incentivo às respectivas equipes.

O Chefe de Gabinete da Presidência sugeriu a inclusão dos assessores como público-alvo dos questionários do corpo gerencial, o que foi acolhido pelos presentes.

3. Considerações finais:

O Sr. Diretor-Geral reiterou a realização de Reunião de Análise da Estratégia em data próxima, a ser comunicada, para conclusão de debates dos temas da pauta.

Ao final, o Sr. Diretor-Geral informou que a ata será encaminhada posteriormente por *e-mail* aos presentes para análise e manifestação e que, não havendo objeções, será promovida a coleta de assinaturas para posterior disponibilização no Portal da Estratégia.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi considerada encerrada.

4. De acordo:

Anderson Vidal Corrêa

Filipe Vieira de Carvalho

Laura Nunes Bernardes Peixoto

José Roberto da Silva dos Santos

Elaine Rodrigues Machado da Silva

Fábio Lami Junior

Deborah Nerlite Bulhões do Carmo

Paula Lessa Mauro

André Borges Arisa

André dos Santos Sant'Anna

Flávio Augusto Castanheira Celano

Luciana Souza Batista

Soraya Previtali

Claudia Foffano de Souza

Eneida Salazar de Moura

Dager Salles Amaral

Gisele Goneli de Lacerda

Marcos José Guerrero

Juliana Bordalo da Silva

Diego Ferreira Guedes